

Manifesto do quilombo nos Parlamentos para as Eleições 2024

QUILOMBO NOS PARLAMENTOS



@coalizaonegra



@CoalizãoNegraPorDireitos



coalizaonegrapordireitos.org.br



A Coalizão Negras por Direitos,

articulação que reúne 294 organizações, coletivos e entidades do movimento negro brasileiro, reforça a agenda lançada no manifesto **ENQUANTO HOVER RACISMO, NÃO HAVERÁ DEMOCRACIA (2020)**.

Realizamos, em 2022, o Quilombo nos Parlamentos, iniciativa de apoio a mais de 100 pré-candidaturas de lideranças negras ligadas ao movimento negro que concorreram a cargos no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas por todo território nacional.

Em 2024, o Quilombo nos Parlamentos com uma estratégia atualizada para atuar nas eleições municipais, tratará da vida e do dia a dia das pessoas negras nas cidades e no campo, a partir das agendas programáticas das organizações que compõem a Coalizão Negra por Direitos.

O Quilombo nos Parlamentos é uma iniciativa suprapartidária, tendo por essencialidade o debate racial. A proposta objetiva reduzir o hiato de representatividade de pessoas negras do campo progressista nos poderes legislativo e executivo municipais, para um projeto de país alinhado à luta antirracista, que possa ser mais justo para todas as pessoas.

A participação nos espaços de poder e de tomada de decisão é uma reivindicação histórica do movimento negro, porque a contribuição da população negra para a construção do Brasil é inégavel. Na assembleia que construiu e instituiu a Constituição de 1988, o movimento negro foi fundamental para aprovar leis que aprofundam políticas afirmativas, de reparação racial e desenvolvimento social.

O movimento negro, nessas eleições, inova, mais uma vez, na disputa por uma democracia forte e participativa, que considere e represente todas as pessoas, especialmente, populações minorizadas em representação devido a injustiças históricas.

Apresentamos para a sociedade candidaturas negras comprometidas integralmente com o avanço da luta contra o racismo e contra todas as outras formas de discriminação, com a promoção da cidadania e bem estar social para superação das desigualdades e a efetivação de liberdades e direitos para todas, todes e todos os brasileiros.

Lideranças políticas e comunitárias qualificadas e competentes colocam-se à disposição para disputar cargos de vereança e prefeituras nos municípios e parlamentos brasileiros em 2024, constituindo uma nova plataforma de candidaturas do Quilombo nos Parlamentos.

O Quilombo nos Parlamentos, lançado em junho de 2022, foi a primeira tentativa organi-



zada do movimento negro para ocupar a política institucional de forma suprapartidária e de forma coletiva, impulsionando candidaturas, mandatas e bancadas negras.

Há, também, organizações, movimentos e iniciativas integrantes da Coalizão Negra por Direitos que incentivam a participação política de pessoas negras nas eleições para enfrentar a sub-representação na política institucional, sendo elas: **Eu Voto em Negra, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; Rede de Mulheres Negras da Bahia; Fórum Marielles; Instituto de Referência Negra Peregum; Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas; Sociedade Protetora dos Desvalidos, com a formação política para mulheres negras urbanas e quilombolas; o Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica - AGANJU, com os Comitês Antirracistas da Bahia; o Instituto Marielle Franco, o FONATRANS, o movimento Mulheres Negras Decidem**, - essas organizações realizam projetos de fortalecimento e desenvolvimento de habilidades para lideranças do movimento negro, a fim de impulsionar seu desempenho nas disputas eleitorais.

É importante frisar que a ação busca não apenas corrigir a sub-representação de pessoas negras nos espaços de tomada de decisão, mas garantir que as pautas do movimento negro relativas à justiça racial, social e de gênero – refletidas na agenda da Coalizão Negra por Direitos – tenham defensores nas Câmaras Municipais e Prefeituras. Ou seja, não se trata apenas de obter paridade racial, mas de eleger pessoas com histórico de

comprometimento com o combate às desigualdades e ao racismo e com a construção de um outro projeto de país democrático.

As bancadas que trabalham na direção contrária das pautas por igualdade e, até mesmo, contra a preservação das vidas e territórios negros – tais como as bancadas ruralista e a chamada “bancada da bala” – contam com centenas de representantes. Já aquelas comprometidas com a defesa de direitos estão hoje em minoria, sendo que o movimento negro não conta nem mesmo com uma dezena de representantes.

Está nas nossas mãos ampliar esse número e mudar a fotografia do poder! Pessoas negras e pessoas não negras, antirracistas, são convidadas a fortalecerem essa frente de luta por acesso e permanência de pessoas negras no poder legislativo e executivo.

A Coalizão Negra por Direitos, portanto, reivindica o lugar de articulação da força política nacional balizadora das eleições: o movimento negro. Sensibilizar a sociedade por meio de lideranças eleitorais que, diariamente, constroem outras realidades possíveis para consolidar a democracia, de fato, como instrumento de garantia de direitos iguais.

Se Palmares não vive, faremos Palmares de novo!

Transformaremos em Quilombos os parlamentos municipais e as prefeituras, em todos os cantos desse país. **VOTE NEGRO!**

RECOMENDAMOS AOS PARTIDOS POLÍTICOS, AO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

1.

Atuar pela criação de Comissões Permanentes de Heteroidentificação na Justiça Eleitoral Regional, a fim de estabelecer o processo de heteroidentificação como uma etapa complementar à autodeclaração de raça e cor, tomando como base as experiências das Comissões de Heteroidentificação de universidades públicas, respeitando a análise de características como cabelo, tom de pele e fenótipo, privilegiando a leitura social racial dos candidatos e candidatas;

2.

Estabelecer canais e fluxo de recebimento de denúncias, assim como a abertura de processos investigativos contra atores que perpetuam a violência política de gênero e raça no país;

3.

Atuar pelo efetivo funcionamento da legislação de enfrentamento à violência política, racial e de gênero, garantindo o cumprimento pelos partidos e a fiscalização da lei pelas autoridades do Estado.

4.

Promover campanhas para contribuir com o melhor entendimento de como a violência política de gênero e raça contra mulheres cis, trans e travestis afeta diretamente a democracia brasileira;

5.

Adequar o estatuto partidário ao disposto na Lei 14.192/2021, definindo mecanismos para prevenção e enfrentamento da violência política no interior do partido, com especial atenção à violência política de gênero e raça cometida contra mulheres negras e LGBTQIA+;

6.

Atuar pelo cumprimento da distribuição proporcional equânime de recursos financeiros do Fundo Especial de Financiamento de Campanha Eleitoral e do tempo de propaganda eleitoral em TV e rádio para candidaturas negras.